

CARTA DE CANCELAMENTO DE CONTRATO

NOME DO REMETENTE: _____

CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

NOME DO DESTINATÁRIO: _____

CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

ASSUNTO: Cancelamento do Contrato Nº _____

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, _____, portador(a) do CPF/CNPJ nº _____, na qualidade de parte contratante, venho por meio desta comunicar o cancelamento do contrato identificado como Nº _____, celebrado entre as partes em questão.

Considerando as cláusulas contratuais, bem como os direitos e obrigações assumidos, informo que o referido contrato fica cancelado a partir do recebimento desta carta, sem que haja qualquer penalidade ou ônus adicional para ambas as partes, salvo as disposições diferentes previstas no próprio contrato.

Solicito a confirmação do recebimento deste cancelamento e a regularização de quaisquer pendências relacionadas ao contrato, tais como:

- Devolução de valores eventualmente pagos;
- Encerramento de serviços prestados;
- Recisão formal e homologação, se aplicável;
- Entrega de documentos e equipamentos vinculados ao contrato;

Eventuais cobranças indevidas ou comunicações posteriores deverão ser desconsideradas, sob pena de medidas legais cabíveis.

Esta carta é enviada em conformidade com a legislação brasileira vigente e visa resguardar os direitos de ambas as partes, garantindo a transparência e formalidade necessárias ao processo de cancelamento contratual.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Assinatura do Remetente

Nome completo do Remetente

Documento de Identificação (CPF/CNPJ)

Contato (telefone/e-mail)

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/carta-de-cancelamento-de-contrato/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.